

Uso da informação orçamental e financeira no processo de tomada de decisão

O caso das Autarquias Locais em São Tomé e Príncipe

Use of budget and financial information in the decision making-process

The case of Local Authorities in São Tomé and Príncipe

Amélia M. M. Pires
UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança (IPB)
Bragança, Portugal
amelia@ipb.pt

Paula O. Fernandes
UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança (IPB)
Bragança, Portugal
pof@ipb.pt

Maura P. V. Amaro
Instituto Politécnico de Bragança (IPB)
Bragança, Portugal
a33678@alunos.ipb.pt

Resumo — O estudo foi desenvolvido com o objetivo de identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de tomada de decisão dos utilizadores internos, políticos e técnicos, das Autarquias Locais (AL) em São Tomé e Príncipe (STP), mais especificamente, procurar perceber como este tipo de informação está ligada ao processo de tomada de decisão. Para o efeito, optou-se por uma metodologia de natureza quantitativa, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário. Os dados recolhidos foram tratados com base numa análise descritiva e, no sentido de se estabelecer algum tipo de relação entre as variáveis em análise, formuladas cinco hipóteses de investigação (HI). Os resultados obtidos permitiram concluir, em linha com a teoria, que os sistemas de informação contabilística são, na perspetiva dos utilizadores inquiridos, relevantes e por eles classificados como importantes fontes de informação para suportar o processo de tomada de decisão; que o modelo de relato em vigor, ainda que classificado como adequado para a maioria dos utilizadores inquiridos, não deixa de permitir destacar a influência do contexto no tipo e qualidade do output gerado; e que o nível de satisfação dos utilizadores “políticos” é francamente mais elevado que o demonstrado pelos utilizadores “técnicos”. No que respeita às HI levantadas, os resultados não revelaram evidências suficientes e estaticamente significativas para afirmar que existe uma associação entre o “tipo de utilizador e o grau de importância atribuída à informação” e que o “grau de utilidade da informação orçamental e financeira difere em função do tipo de utilizador”, pelo que não foi possível validar HI3 e HI4. Em sentido contrário, os resultados revelaram evidências suficientes e estaticamente significativas que permitem afirmar que existe “uma associação entre a área de formação dos utilizadores e a variável uso da informação”, “uma relação entre o grau de importância atribuída à informação e a frequência com que é utilizada” e “uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de

gestão, validando-se HI1, HI2 e HI5.

Palavras Chave – *informação orçamental e financeira; relevância da informação; sistema de informação contabilística; tomada de decisão.*

Abstract — The study was developed to identify the importance attributed to the use of budgetary and financial information in the decision-making process of internal users, political and technical, of Local Authorities (LA) in São Tomé and Príncipe (STP), more specifically, to seek to understand how this type of information is linked to the decision-making process. To this end, a quantitative methodology was chosen, using a questionnaire survey. The collected data were treated based on a descriptive analysis and, to establish some kind of relationship between the variables under analysis, five research hypotheses (HI) were formulated. The results showed, in line with the theory, that accounting information systems are, from the perspective of the surveyed users, relevant and classified by them as important sources of information to support the decision-making process; whereas the current reporting model, although classified as appropriate for the majority of the users surveyed, nevertheless highlights the influence of context on the type and quality of the output generated; and that the level of satisfaction of “political” users is frankly higher than that shown by “technical” users. About the HI surveyed, the results did not reveal sufficient and statistically significant evidence to state that there is an association between the “type of user, and the degree of importance attributed to information” and whether the “degree of usefulness of budgetary and financial information differs depending on the type of users”, so it was not possible to validate HI3 and HI4. On the contrary, the results revealed sufficient and statistically significant evidence to affirm that there is “an association between the area of training of users and the variable use of information”, “a relationship between the degree of importance

attributed to budget and financial information and the frequency with which it is used” and “a relationship between the degree of usefulness attributed to budgetary and financial documents and the degree of need for financial and management information, validating HI1, HI2, and HI5.

Keywords – *budgetary and financial information; relevance of information; accounting information system; decision-making.*

I. INTRODUÇÃO

A importância que a informação tem vindo a conquistar conduziu os diferentes sistemas, incluindo os de informação contabilística, a um processo de adaptação e aperfeiçoamento [1]. Com a finalidade básica de satisfazer as necessidades dos diferentes *stakeholders* no processo de tomada de decisão, a sua preparação e uso são vistas como uma questão racional [2], ainda que a pluralidade de *stakeholders* obrigue a estabelecer prioridades e, inclusive, a optar entre os atributos que a informação deve observar [3-5]. Em conformidade, a percepção acerca da sua utilidade para o processo de tomada de decisão está, naturalmente, condicionada ao contexto, que determina que um determinado tipo de informação seja bastante importante para uns, mas totalmente desnecessária ou irrelevante para outros [4][5]. Não obstante esta realidade, fomos assistindo a alterações profundas e mais ou menos transversais, incluindo na Administração Pública (AP), para dar resposta à necessidade de colmatar problemas de eficiência, racionalidade e transparência na gestão de recursos públicos, surgindo, por essa via, novos modelos de gestão pública, com particular destaque para a *New Public Management* (NPM), convertida na doutrina de base para a implementação das diferentes reformas, incluindo a gestão das finanças públicas e da contabilidade [6][7]. Com o objetivo de potenciar a qualidade da informação para a tomada de decisão, a transparência e a *accountability* ou responsabilização dos gestores públicos pelos resultados das suas ações, a NPM desencadeou um processo de reforma e modernização dos sistemas de gestão e de informação [8][9], que foi deixando para trás um sistema de informação exclusivamente de base orçamental [10] para abrir caminho a um sistema mais amplo e, necessariamente, mais capaz de representar e capacitar os *stakeholders* [1]. É no âmbito destas alterações que se justifica o presente trabalho, que tem como objetivo identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de tomada de decisão dos utilizadores internos, políticos e técnicos, das Autarquias Locais (AL) em São Tomé e Príncipe (STP). Para lhe dar resposta, o trabalho desenvolve-se em cinco secções. A primeira corresponde a esta introdução, seguida de uma revisão de literatura, para avaliar o estado da arte, ajudar a justificar as opções metodológicas e a desenvolver a análise e discussão dos resultados. Termina com as principais conclusões a retirar do trabalho realizado.

II. REVISÃO DE LITERATURA

Ainda que a cada modelo de Estado corresponda um modelo de gestão [11] e de organização [12], os modelos que vigoram na AP foram absorvendo, de forma gradual e sistemática, diferentes influências e incorporando a cultura atual [13][14]. Sob a defesa de que a gestão deve ser suportada em princípios e práticas que podem ser aplicados ao setor privado ou público [12][15][16] e que, independentemente das opções, a escolha

deverá privilegiar os mecanismos que melhor assegurem a alocação dos recursos [17][18], foram várias as teorias que ao longo do tempo deram os seus contributos, ainda que tenha sido a teoria económica e, por essa via, a NPM, quem mais moldou a forma como a política e a governança passaram a ser concebidas e conduzidas. Sob a crença da superioridade dos sistemas de informação desenvolvidos para o setor privado [19], a NPM foi preponderante na implementação das diferentes reformas [6][7] ao nível da gestão e da contabilidade [8][9], transformando os sistemas de informação contabilística na AP em instrumentos capazes de facilitar a tomada de decisão, dando resposta não só ao cumprimento da legalidade e controlo orçamental, mas disponibilizando informação sobre a afetação e utilização eficiente dos recursos públicos [20][12]. Alterações que marcam a entrada numa nova era [21], que deixou para trás uma contabilidade exclusivamente orçamental [10] para passar a considerar os sistemas de informação contabilística como importantes meios para representar e capacitar uma pluralidade de *stakeholders* [1]. Com a sua implementação foi-se alterando, também, a estrutura e organização do aparelho de Estado [13] e os sistemas de informação contabilística foram-se adaptando e aperfeiçoando [1]. Uma nova realidade foi construída sem que, no entanto, se tenha perdido de vista que a informação tem como finalidade básica servir os diferentes *stakeholders* na tomada de decisões [2] e que essa pluralidade levanta desafios de identificação de utilizadores, de classificação das suas necessidades e de resolução de conflitos quanto à necessidade de satisfazer, simultaneamente, diferentes necessidades [3]. Ainda que se considere que quando as necessidades dos utilizadores são atendidas a informação é relevante [4], satisfazer um grupo tão amplo quanto diversificado quanto o dos *stakeholders*, torna-se difícil não fazer opções [5]. O valor que é percebido está, indissociavelmente, ligado ao contexto, que determina que um tipo de informação seja muito importante para um utilizador (entidade ou indivíduo) e totalmente desnecessária ou irrelevante para outro [2]. E tanto assim que a evidência recolhida aponta nesse sentido, com estudos que sugerem que os sistemas de informação contabilística de base financeira são percebidos, comparativamente aos de base orçamental, como os mais úteis para utilizadores internos e externos [23], que a informação orçamental continua a ser percebida como a informação rei para suportar a tomada de decisões [25] ou, ainda, que os utilizadores consideram que, ainda que ambas as informações sejam importantes fontes de dados, a informação financeira é classificada como mais importante [24]. No âmbito dos fatores que mais influenciam a relevância conferida à informação contabilística, a influência do contexto surge destacada, como o fator que mais determina o uso de informação patrimonial [26], ainda que outros identifiquem, como o elemento mais determinante para conferir relevância à informação para a tomada de decisão, a capacidade para a compreender [27]. Por sua vez, enquanto uns sugerem que nem a formação nem a experiência profissional afetam as perceções dos utilizadores acerca da relevância reconhecida à informação contabilística [24], outros apontam a existência de uma relação positiva entre o uso de informação contabilística e o nível de conhecimento e experiência, em particular ao nível dos utilizadores políticos [4], apresentando a falta de conhecimento geral e a complexidade da informação contabilística como os elementos que mais determinam a sua não utilização frequente por parte dos políticos

[5]. Há, ainda, quem defenda que um maior domínio e conhecimento possam estar associados a uma maior manipulação [28]. Assim, e ainda que a utilidade reconhecida à informação decorra da sua capacidade para responder às necessidades daqueles a quem se dirige e que definir os utilizadores e as suas necessidades levante inúmeros desafios [2][5], os estudos focados nos utilizadores internos das AL não fazem distinção entre políticos e gestores, sugerindo, inclusive, que ambos os utilizadores requerem o mesmo tipo de informação, ainda que possam conferir maior relevância à informação financeira [3][5][20]. Por outro lado, e não obstante a falta de consenso, o contexto surge como elemento determinante para definir a capacidade para utilizar a informação contabilística e o seu uso efetivo [29][3][4].

III. METODOLOGIA

A NPM introduziu reformas profundas e criou necessidades ao nível da AP. Nesse contexto, STP deu início, em 2005, a uma reforma do seu sistema de informação contabilística para a AP. Porém, e não obstante a existência de tentativas de mudança, a dependência de ajuda externa que o país mantém para financiar o seu Orçamento Geral de Estado (OGE), tem criado constrangimentos significativos e feito com que, ao nível das AL, nunca se tenha concretizado a sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial [31]. Com o objetivo de procurar identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de tomada de decisão, pelos utilizadores internos (políticos e técnicos) das AL em SPT, e, mais especificamente, perceber como a informação orçamental e financeira está ligada ao processo de decisão, definiram-se os seguintes objetivos específicos (OE): (1) identificar a frequência com que os utilizadores internos das AL em SPT recorrem à informação orçamental e financeira para apoiar as suas tomadas de decisão; (2) aferir se o atual modelo de relato financeiro é considerado pelos utilizadores internos das AL em SPT como adequado para apoiar o processo de tomada de decisão; e (3) identificar qual o grau de satisfação dos utilizadores internos das AL em SPT em relação à qualidade da informação orçamental e patrimonial que é produzida e divulgada. Para lhe dar resposta, o estudo desenvolve-se com base numa metodologia de natureza quantitativa, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário, enquanto instrumento de recolha de informação bastante comum e capaz de proporcionar a quantificação dos dados obtidos e proceder a inferências e generalizações [30]. O inquérito por questionário foi elaborado com recurso ao *Google Forms* e desenvolvido, com as devidas adaptações, a partir de outros estudos [5][20]. Os questionários foram dirigidos a todos aos utilizadores internos das AL em SPT, designadamente os responsáveis políticos e técnicos, e aplicados entre junho e novembro de 2023, via email e presencialmente, para garantir um maior número de respostas. Foram rececionados 60 questionários válidos, o que corresponde a 65,93% da população. As respostas obtidas, agrupadas por tipo de utilizador, 53,3% foram de utilizadores políticos e 46,7% de utilizadores técnicos.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A. Análise descritiva

Nesta secção apresentam-se os resultados obtidos para os três OE. Relativamente ao OE₁, “Identificar a frequência com que os utilizadores internos das AL em SPT recorrem à infor-

mação orçamental e financeira para apoiar as suas tomadas de decisão”, os resultados obtidos exibem-se na Fig. 1.

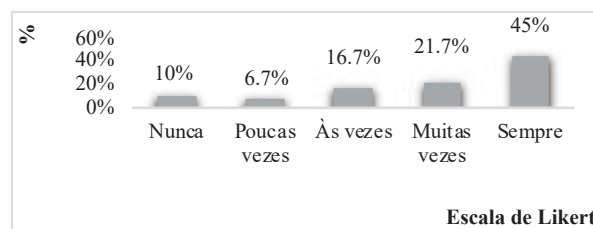


Figure 1. Frequência com que os utilizadores recorrem a informação orçamental e financeira para a tomada de decisões.

A análise da Fig. 1 permite constatar que 21.7% e 45% dos inquiridos afirmam recorrer “muitas vezes” e “sempre” à informação orçamental e financeira para a sua tomada de decisões, o que equivale a mais de metade dos utilizadores inquiridos (66.7%). Estes resultados sugerem, em linha com a teoria, que os sistemas de informação contabilística são relevantes para os utilizadores [23] e percebidos como importantes fontes de dados [24] para apoiarem e suportarem as suas decisões. Na Fig. 2, que se segue, apresentam-se os resultados para o OE₂, “Aferir se o atual modelo de relato das AL em SPT é considerado pelos seus utilizadores internos como adequado para apoiar o processo de tomada de decisão”.

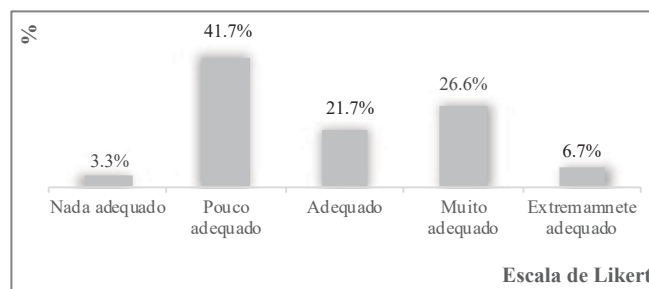


Figure 2. Grau de adequabilidade do modelo de relato aos decisores internos.

A análise da Fig. 2 permite constatar que mais de metade dos utilizadores internos (55%) afirmam que o modelo de relato é “adequado”, “muito adequado” e “extremamente adequado”, ainda que um número significativo (45%) afirme que o modelo de relato é “pouco ou nada adequado”. Esclarece-se que a análise da frequência (Fig. 1) e da adequabilidade (Fig. 2) não faz a separação por utilizados, uma vez que os estudos disponíveis sugerem que ambos requerem o mesmo tipo de informação [3][5][20]. Ainda que numa primeira análise os resultados pareçam um pouco contraditórios, podem ser explicados pelo contexto [26], as principais características da envolvente [31], marcado por um conjunto de debilidades que não têm permitido dotar o país de capital, material, financeiro e humano, para implementar as reformas que se impõem. O estado de “incapacidade” do país para avançar justifica a existência de descontentamento, por parte daqueles utilizadores que dão sinais de já terem compreendido que o sistema de informação contabilística já deveria ter evoluído, mas também um outro lado que está perfeitamente satisfeito com o modelo vigente, limitado à divulgação de in-

formação orçamental, enquanto meio suficiente para suportar a tomada de decisões [25]. Por fim, apresenta-se, na Fig. 3, os resultados obtidos para o OE₃, “Identificar qual o grau de satisfação dos utilizadores internos das AL em STP em relação à qualidade da informação orçamental e financeira que é produzida e divulgada”.

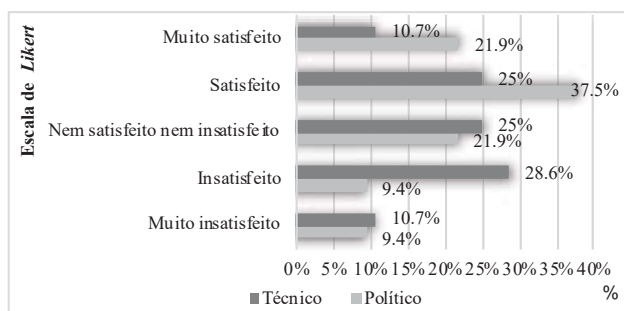


Figure 3. Grau de satisfação em relação à qualidade da informação produzida e divulgada.

Os resultados apresentados (Fig. 3) sugerem, globalmente, que os utilizadores “políticos” apresentam um maior grau de satisfação, com 21.9% e 37.5% a referirem estar “muito satisfeitos” e “satisfeitos”, respetivamente. Pelo contrário, e também numa perspetiva agregada, 39.3% dos técnicos afirmam estar em “muito insatisfeitos” ou “insatisfeitos” relativamente à qualidade da informação orçamental e financeira produzida no seio das AL em STP. Estes resultados sugerem ser o contexto a exercer influência significativa no sistema de informação contabilística [26], nomeadamente a enorme dependência que o país apresenta e as fragilidades que isso representa nas suas infraestruturas [31], ajudando a explicar o porquê de os técnicos terem uma perceção diferente dos políticos. Aliás, é precisamente a influência do contexto [29][3][4] e a necessidade de a confirmar que justifica a separação por utilizadores na análise ao grau de satisfação para com a qualidade da informação preparada e divulgada (Fig. 3). As fragilidades e a instabilidade política do país justificam a pouca experiência e conhecimentos para compreenderem o potencial do sistema de informação contabilística e das diferentes fontes de informação que o integram [4][5]. Assim, e ainda que os estudos disponíveis, ao nível dos utilizadores internos das AL, não façam distinção entre políticos e técnicos e, inclusive, sugiram que ambos os utilizadores requerem o mesmo tipo de informação [3][5][20], a verdade é que a capacidade de uns e de outros para a compreenderem e valorizarem é diferente.

B. Análise inferencial

Para complemento do estudo foram formuladas, tomando por base a literatura, cinco hipóteses de investigação (HI) e, para lhe dar resposta, recorreu-se a testes paramétricos e não paramétricos. Na Tabela 1, que se segue, apresentam-se as HI formuladas, o teste realizado, o valor de prova e os resultados obtidos.

TABLE I. SISTEMATIZAÇÃO DAS HI, TESTE APLICADO E RESULTADOS

Hipóteses de Investigação (HI)	Teste	Valor de Prova	Significância
HI ₁ : Existe uma associação entre a área de formação dos utilizadores e a variável uso da informação orçamental.	Fisher	0,005	Significativa
HI ₂ : Existe uma relação entre o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e a frequência com que é utilizada.	Spearman	<0,001	Significativa
HI ₃ : Existe uma associação entre o tipo de utilizador (técnico ou político) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e se esta (associação) difere em função de o utilizador considerar ou não que essa informação influencia a sua tomada de decisões.	Fisher	0,424	Não Significativa
HI ₄ : O grau de utilidade da informação orçamental e financeira difere em função do tipo de utilizadores (técnico ou político).	t-Student	0,529	Não Significativa
HI ₅ : Existe uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão.	Pearson	<0,001	Significativa

Os resultados obtidos (Tabela 1) permitem verificar, a um nível de significância de 5%, que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar a existência de uma associação, estatisticamente significativa, entre a área de formação e o uso da informação orçamental, confirmando-se HI₁. Estes resultados estão em linha com a teoria [3][2729]. Permitem verificar, também, que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar, a um nível de significância de 5%, a existência de uma relação, estatisticamente significativa, entre “o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e a frequência com que é utilizada”, confirmando-se HI₂. Estes resultados estão em linha com a teoria, que sugere que o uso continuado dos sistemas de informação contabilística impacta significativamente na qualidade da informação divulgada e na perceção de utilidade ou relevância para suportar o processo de tomada de decisão [27]. Por sua vez, os resultados obtidos mostram que não existem evidências estatísticas suficientes para dizer que há uma associação, a um nível de significância de 5%, “entre o tipo de utilizador (técnico ou político) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira” (HI₃), tal como permitem afirmar também “que não existem diferenças estatisticamente significativas por tipo de utilizador relativamente ao grau de utilidade da informação orçamental e financeira” (HI₄). Os resultados obtidos não permitem confirmar HI₃ e HI₄, ainda que corroborem a teoria, que defende que a relevância recon-

hecida à informação orçamental e financeira está dependente da sua capacidade para satisfazer as necessidades daqueles a quem se dirige. Neste sentido, e porque definir os utilizadores e as suas necessidades obriga a tomar opções [2][5] e cria dificuldades, justifica-se o facto de os estudos disponíveis não fazerem distinção entre utilizadores “políticos” e “gestores”, e, inclusive, sugerirem que ambos os utilizadores requerem informação orçamental e financeira, ainda que atribuindo maior importância à informação financeira [3-5][20]. Por fim, e no que respeita a HI₅, os resultados obtidos permitem afirmar que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar a existência de uma relação, estatisticamente significativa, a um nível de significância de 5%, “entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão. Desta forma valida-se HI₅, ainda que os resultados obtidos não corroborem completamente a teoria [3][4][20][29].

V. CONCLUSÕES

Recordamos que o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de tomada de decisão dos utilizadores internos nas AL em STP. O trabalho realizado, ao nível da revisão de literatura, permitiu concluir que, consequência das reformas implementadas no âmbito NPM, foram impostas novas exigências aos gestores públicos e, com isso, maiores exigências e necessidades de informação, obrigando os sistemas de informação contabilística na AP a ganharem uma nova configuração, para poderem responder ao desafio e assumirem um papel de maior preponderância no processo de tomada de decisão. Complementarmente, o trabalho empírico permitiu concluir, em linha com a teoria, que os sistemas de informação contabilística são, na perspetiva dos utilizadores internos das AL em STP, relevantes e por eles classificados como importantes fontes de informação para suportar o processo de tomada de decisão. No que respeita ao grau de adequabilidade do sistema vigente, foi possível constatar que o modelo de relato em vigor, ainda que classificado como adequado pela maioria dos utilizadores inquiridos, um número significativo de inquiridos classificou-o como pouco ou até mesmo nada adequado. Estes resultados, também em linha com a teoria, não deixam de destacar a influência que as características do contexto exercem na estrutura do sistema de informação vigente e no tipo e qualidade do *output* gerado. Verificou-se, ainda que, globalmente, o nível de satisfação dos utilizadores “políticos” seja elevado, este resultado contrasta com o baixo nível de satisfação demonstrado pelos utilizadores “técnicos”, em linha com a teoria, que defende que, nas situações em que os políticos dispõem de reduzido conhecimento técnico e pouca experiência, não dispõem de capacidade para alcançar o verdadeiro potencial de que esta informação dispõe, não lhes permitindo, também, ter consciência dessa realidade, o que mais uma vez nos permite estabelecer relação com o contexto ou as principais características da envolvente. Em conformidade, e no que respeita às HI levantadas, no sentido de se estabelecer algum tipo de relação entre as variáveis em análise, os resultados não revelaram evidências suficientes e estaticamente significativas para afirmar que existe uma associação entre o “tipo de utilizador (técnico ou político) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e se esta (associação) difere em função de o utilizador considerar ou não que essa infor-

mação influencia a sua tomada de decisões” (HI₃) e se o “grau de utilidade da informação orçamental e financeira difere em função do tipo de utilizadores (técnico ou político)” (HI₄), pelo que não foi possível validar HI₃ e HI₄. Em sentido contrário, os resultados obtidos revelaram evidências suficientes e estatisticamente significativas que permitem afirmar que existe “uma associação entre a área de formação dos utilizadores e a variável uso da informação orçamental” (HI₁), “uma relação entre o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e a frequência com que é utilizada (HI₂) e “uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão (HI₅). Estes resultados permitiram validar HI₁, HI₂ e HI₅.

Não podemos terminar sem antes destacar os contributos para a escassa literatura científica, na medida em que, tanto quanto é do nosso conhecimento, este será o primeiro estudo sobre esta temática no âmbito das AL em STP. Neste sentido, poderá revestir-se de grande importância para o desenho e implementação de eventuais reformas que, neste âmbito, o país se proponha abraçar. Constitui, ainda, um bom ponto de partida para o desenvolvimento de outros estudos, podendo ajudar a ultrapassar a principal limitação e dificuldade encontrada com a aplicação do questionário e o número de respostas obtidas, o que poderá ser ultrapassado com a replicação deste estudo.

AGRADECIMENTO

Este trabalho foi suportado por fundos nacionais através da FCT/MCTES (PIDDAC): UNIAG, UIDB/04752/2020 (DOI 10.54499/UIDB/04752/2020) e UIDP/04752/2020 (DOI 10.54499/UIDP/04752/2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- [1] G. Grossi, I. Steccolini, P. Adhikari, J. Brown, M. Christensen, C. Cordery,...E. Vinnari, “The future of public sector accounting research. A polyphonic debate”, *Qualitative Research in Accounting & Management*, vol. 20, no. 1, pp. 1-37, 2023. Available: <https://doi.org/10.1108/QRAM-09-2022-0135>
- [2] T. Budding, and J. V. Helden, (2022). “Politicians’ use of accounting information: Unraveling politicians’ use and non-use of accounting information”, *Public Money & Management*, vol. 42, no. 3, pp. 137-139. Available: <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2028467>
- [3] E. Hausteijn, P. C. Lorson, E. Caperchione, and I. Brusca, “The quest for users’ needs in public sector budgeting and reporting. 31”, no. 4, pp. 473-477, 2019. Available: <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-08-2019-0131>
- [4] B. Faber, and T. Budding, “Roles and user characteristics as driving forces of information use in the Dutch parliament”, *Public Money & Management*, vol. 42, no. 3, pp. 160-168, 2021. Available: <https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1967634>
- [5] S. Jorge, M. A. Jesus, and S. P. Nogueira, “Public Accounting Reform in Portugal and the Use of Financial Information by Politicians” [Reforma da Contabilidade Pública em Portugal e o Uso da Informação Financeira pelos políticos], in *Memória de João Carvalho: Estudos sobre Contabilidade, Finanças Públicas*, pp. 423-434, Lisboa (Portugal): Áreas Editora, 2019, Available: <http://hdl.handle.net/10198/21063>
- [6] I. Lapsley, “Debate: Politicians’ use of accounting information - the myth of rationality”, *Public Money & Management*, vol. 42, no. 3, pp. 140-141, 2021, Available: <https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1976945>
- [7] F. R. Neves, and M. Gómez-Villegas, “Public sector accounting reform in Latin America and Epistemic Communities: an institutional approach”, *Journal of Public Administration*, vol. 54, no. 1, pp. 11-31, 2020, Available: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180157x 11-31>
- [8] S. R. Krishnan, “Decision-making processes of public sector accounting reforms in India-Institutional perspectives”, *Financial Accountability & Management*, pp. 167-194, 2021, DOI:10.1111/faam.12294
- [9] J. R. Brito, and S. Jorge, “International Accounting Harmonisation Process: Current Trends” [Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais], *International Journal of Public Administration*,

- pp. 372-387, 2021
- [10] [10] E. Zhang, "Accounting and statecraft in China: Accrual accounting for effective government rather than efficient market", *Critical Perspectives on Accounting*, vol. 98 (1012419), 2024, Available: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2022.102419>
- [11] [11] E. Lau, and N. Manning, N. (2023). "Public sector reforms across OECD countries", in *Public Management and Governance*, 4th ed, p. 14, Nova York (USA): Routledge, 2023
- [12] [12] E. Ferlie, and E. Ongaro, *Strategic Management in Public Services Organization: Concepts, Schools and Contemporary Issues*, Nova York (USA): Routledge, 2022
- [13] [13] D. H. Rosenbloom, R. S. Kravchuk, and R. M. Clerkin, *Public Administration: Understanding Management, Politics and Law in the Public Sector*, 9th ed, p. 14, Nova York (USA): Routledge, 2022, Available: <https://doi.org/10.4324/9781003198116>
- [14] [14] B. D. McDonald III, J. L. Hall, J. O'Flynn, and S. Thiel, "The future of public administration research: An auditor's perspective", *Public Administration*, vol. 100, pp. 59-71, 2022, DOI: 10.1111/padm.12829
- [15] [15] M. Egleton-Pierce, and S. Knafo, "Introduction: the political economy of managerialism", *Review of International Political Economy*, vol. 27, pp. 763-779, 2022, Available: <https://doi.org/10.1080/09692290.2020.1735478>
- [16] [16] B. Kogelmann, *Public Choice and Political Equality*, 1th ed, p. 18, New York (USA): Routledge, 2022, eBook ISBN9781003173632
- [17] [17] S. Shahab, "Transaction Costs in Planning Literature: A Systematic Review", *Journal of Planning Literature*, vol. 37, no. 3, pp. 403-414, 2022, Available: <https://doi.org/10.1177/08854122211062085>
- [18] [18] J. F. Hennart, and A. Verbeke, "Actionable and enduring implications of Oliver Williamson's transaction cost theory", *Journal of International Business Studies*, vol. 53, pp. 1557-1575, 2022. Available: <https://doi.org/10.1057/s41267-022-00558-y>
- [19] [19] J. R. Edwards, "Cash to accruals accounting in British central government: A journey through time", *Financial Accountability & Management*, pp. 40-59, 2021, Available: <https://doi.org/10.1111/faam.12295>
- [20] [20] S. P. Nogueira, and S. M. Jorge, "The usefulness and information needs of users of municipal financial reporting for decision-making" [A utilidade e as necessidades de informação dos utilizadores do relato financeiro municipal para as tomadas de decisão], *Revista Portuguesa de Contabilidade*, vol. 17, 2015, ISSN: 2182-2042, e-ISSN: 2182-2050
- [21] [21] I. Steccolini, I. "Accounting and the post-New Public Management: re-considering Publicness in accounting research", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 32, no 1, pp. 255-279, 2019, ISSN: 0951-3574
- [22] [22] A. Rkein, "New Public Management and Public Sector Reform in a Non-Competitive Environment", *International Journal of Business and Social Science*, vol. 11, no. 12, 2020, Available: DOI: 10.30845/ijbss.v11n12p2
- [23] [23] R. Kober, J. Lee, and J. Ng, J. "Mind your Accruals: Perceived Usefulness of Financial Information in the Australian Public Sector under Different Accounting Systems", *Financial Accountability and Management*, pp. 267-298, 2010, Available: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2010.00502.x>
- [24] [24] I. Pajković, N. Redmayne, and V. Vašiček, "The use and perceived usefulness of public sector financial statements by politicians – evidence from Croatia", *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, pp. 180-198, 2023, Available: DOI:10.1108/jpbafm-11-2022-0170
- [25] [25] P. Gomes, I. Brusca, M. J. Jesus, and E. Vilhena, "The IPSAS implementation and the use and usefulness of accounting information: a comparative analysis in the Iberian Peninsula", *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, pp. 12-40, 2023, Available: DOI:10.1108/jpbafm-12-2021-0169
- [26] [26] C. Nitzl, D. Hilgers, B. Hirsch, and D. Lindermüller, "The Influence of the Organizational Structure, Environment, and Resource Provision on the Use of Accrual Accounting in Municipalities", *Schmalenbach Business Review*, pp. 271-298, 2020, Available: DOI: 10.1007/s41464-020-00086-y
- [27] [27] Y. Yuliusman, "Determinants of Local Government Financial Reporting Quality: Evidence from Jambi, Indonesia", *Research Journal of Finance and Accounting*, vol. 14, no 4, 2023, ISSN 2222-1697 (Paper) ISSN 2222-2847 (Online)
- [28] [28] E. Anessi-Pessina, and M. Sicilia, "Do Top Managers' Individual Characteristics Affect Accounting Manipulation in the Public Sector?", *Journal of Public Administration Research and Theory*, vol. 30, no. 3, pp. 465-484, 2019, Available: <https://doi.org/10.1093/jopart/muz038>
- [29] [29] J. V. Helden, and C. Reichard, "Making sense of the users of public sector accounting information and their needs", *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, vol. 31 no. 4, pp. 478-495, 2019, Available: DOI:10.1108/jpbafm-10-2018-0124
- [30] [30] P. Sá, A. P. Costa, and A. Moreira, *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados*, vol. 2, Universidade de Aveiro, Aveiro (Portugal), ISBN: 978-972-789-677-6, 2021, Available: <https://doi.org/10.34624/ka02-fq4>
- [31] [31] W. Fernandes, S. Nogueira, and N. Ribeiro, "Public accounting in São Tomé and Príncipe: current situation and future prospects" [A contabilidade pública em São Tomé e Príncipe: situação atual e perspectivas futuras], In *XVIII Congreso Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*, pp 1-20, Cartagena (Espanha), 2015, Available: <http://hdl.handle.net/10198/12149>